

PODER

Galípolo e a “pedreira” do BC

Lula assina decreto que confirma economista à frente da autoridade monetária num momento de desconfiança e dólar alto

» VICTOR CORREIA

Diogo Zacarias/MF



Novo presidente do BC tem sido enfático ao dizer que a instituição não cederá às pressões do Palácio do Planalto, mas o mercado desconfia disso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, os decretos que nomeiam Gabriel Galípolo o sucessor de Roberto Campos Neto na presidência do Banco Central (BC) e outros três indicados para a diretoria da instituição. Ele assume o comando da autoridade monetária num momento em que a taxa básica de juros está em 12,25% para tentar conter a inflação e de disparada do dólar, que fecha o ano em alta de 27,3%, em função das desconfianças do mercado financeiro para as medidas de contenção do déficit fiscal.

Lula também aproveitou para conhecer os futuros integrantes da cúpula do BC, mas não conversou pessoalmente com eles. A assinatura ocorreu no Palácio da Alvorada, com a presença de Galípolo, do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e dos novos dirigentes. Os indicados tomarão posse oficialmente amanhã, depois da publicação dos decretos no *Diário Oficial da União (DOU)*.

“Ele foi apresentado aos diretores. Os diretores novos ele nomeou, mas não os conhecia. Quem os entrevistou foi o Galípolo. E hoje (ontem) eles foram conhecer o presidente, ocasião em que assinou os decretos de nomeação”, comentou Haddad depois do encontro.

Os novos diretores são Nilton David, que será responsável pelo setor de Política Monetária; Gilneu Vivan, que atuará à frente de área de Regulação; e Izabela Correa, que assumirá a seção de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do BC. Todos foram indicados por Lula e aprovados em sabatina pelo Senado.

Haddad também elogiou a atuação do BC, ainda sob o comando de Roberto Campos Neto, depois da escalada do dólar em dezembro. A autoridade monetária precisou intervir no câmbio,

12,25%
é o percentual da taxa básica da economia, o mais alto patamar do governo do presidente Lula. Projeções são de que a Selic continue subindo

realizando leilões da moeda norte-americana.

“Penso que as intervenções do Banco Central foram corretas, no sentido de dar liquidez para quem estava eventualmente fazendo

remessa, enquanto o mercado processava as informações a respeito das medidas fiscais”, avaliou.

Turbulências

Galípolo vem atuando como presidente interino do BC desde 21 de dezembro, data em que Campos Neto antecipou a saída do cargo. Até então, atuava como diretor de Política Monetária da instituição.

Indicado por Lula, Galípolo assume a cadeira diante de um cenário econômico complicado e pressões tanto do governo quanto do mercado financeiro. Investidores desconfiam que o novo presidente do BC cederá à influência do

presidente da República, atuando, por exemplo, para reduzir a taxa de juros.

Com as mudanças na cúpula do BC, sete dos nove diretores são indicados por Lula. Desde o começo do mandato, o presidente tem sido um crítico implacável dos percentuais da Selic — a gestão de Galípolo começa com a taxa básica da economia no patamar mais alto do atual governo e há indicações de que pode chegar a 14,25% nas duas próximas reuniões do Comitê Política Monetária (Copom).

A desvalorização do real frente ao dólar é outro desafio para a nova gestão do BC. Galípolo chega

em um cenário de incertezas dentro e fora do Brasil, especialmente pelo novo governo de Donald Trump nos Estados Unidos, que volta oficialmente à Casa Branca em 20 de janeiro próximo. Na seara interna, pairam desconfianças sobre o pacote de corte de gastos apresentado pelo Palácio do Planalto e aprovado pelo Congresso com vários itens desidratados.

No discurso, porém, Galípolo reforça a defesa da independência do BC, demonstrou alinhamento com Campos Neto e até rebateu a tese governista de um “ataque especulativo” de investidores contra o governo, que teria levado à disparada do dólar acima dos R\$ 6.

Mínimo sob nova regra

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, também ontem, o decreto que fixa o salário mínimo em R\$ 1.518 para 2025. O texto foi publicado hoje no *Diário Oficial da União (DOU)* e entra em vigor a partir de amanhã. Em comparação ao mínimo de 2024, de R\$ 1.412, o aumento é de R\$ 106.

Porém, o decreto considera a nova regra para definição do mínimo, que limita o crescimento real (acima da inflação) a 2,5%. A restrição consta em lei sancionada por Lula em 27 de dezembro e que faz parte do pacote de corte de gastos elaborado pelo governo federal.

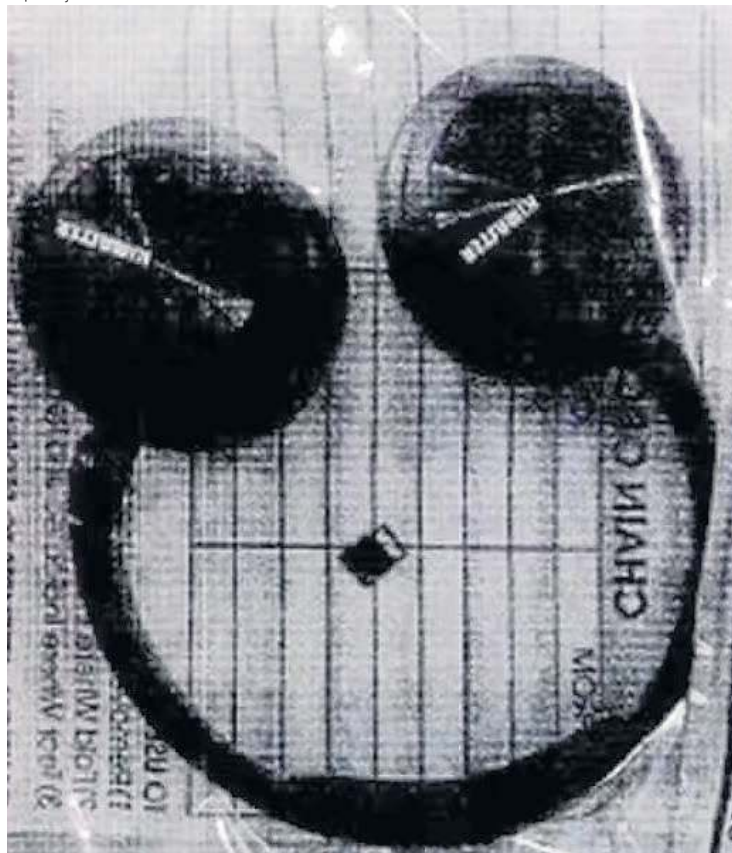
Na regra anterior, definida por Lula em agosto de 2023, o valor era reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC, que mede a inflação oficial) acumulado dos últimos 12 meses até novembro, somado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. O INPC até novembro de 2024 ficou em 4,84% e o do PIB em 2023, em 3,2%.

Pela regra anterior, o reajuste levaria o mínimo a aproximadamente R\$ 1.528. Agora, porém, o crescimento da parcela do PIB está limitado a 2,5%.

Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cada R\$ 1 do mínimo equivale a um gasto de R\$ 392 milhões no orçamento, pois o valor é usado como referência para pagamentos da Previdência Social e de programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A mudança representa uma economia estimada de R\$ 3,9 bilhões em 2025. (VC)

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Reprodução/Redes sociais



Fone de ouvido descoberto no panetone que iria para tenente-coronel

Visita a militar é suspensa após flagrante

» FABIO GRECCHI

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, ontem, a visita ao tenente-coronel Rodrigo Bezerra de Azevedo, preso no Batalhão da Polícia do Exército, em Brasília. Isso porque, em 28 de dezembro, a irmã do militar, Dheborá Bezerra de Azevedo, foi flagrada tentando contrabandear aparelhos eletrônicos dentro de um panetone para que fosse entregue a ele.

Azevedo é um dos “kids pretos” (tropa especial do Exército) investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por envolvimento na tentativa de golpe de Estado que seria desfechada, em 2022, logo depois das eleições e cujo resultado seria a manutenção de Jair Bolsonaro à frente da Presidência da República. A trama previa, inclusive, manobras violentas, que poderiam levar ao

assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice Geraldo Alckmin — vencedores da eleição — e de Moraes, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Dheborá foi flagrada tentando passar um fone de ouvido, um cabo USB e um cartão de memória e só não conseguiu porque o detector de metais apitou. Ela ainda tentou se explicar dizendo que levava apenas um fone de ouvido, mas o scanner mostrou que havia dois outros componentes eletrônicos.

“Após abertura da caixa de panetone para fins de verificação, foi constatado que no interior da mesma havia um fone de ouvido, um cabo USB e um cartão de memória. O referido material foi apreendido e se encontra custodiado no PIC [Pelo-tão de Investigações Criminais]”, salienta diz ofício assinado pelo comandante militar do Planalto,

general Ricardo Carmona. O documento acrescenta que o Comando do Planalto suspendeu o direito de Dheborá à visita, antes mesmo da decisão do ministro do STF. Por causa do flagrante, ela assinou o termo de apreensão do material.

Golpe de Estado

O tenente-coronel está preso desde 19 de novembro, quando foi um dos alvos da Operação Contragolpe, da Polícia Federal (PF). Azevedo estava detido no 1º Batalhão de Polícia do Exército, no Rio de Janeiro. Mas, em 2 de dezembro, Moraes autorizou que fosse transferido para Brasília.

De acordo com a PF, o tenente-coronel usou um dos aparelhos celulares apreendidos que seriam empregados na tentativa de golpe para favorecer Bolsonaro. De acordo com os investigadores, ele era um dos militares

que trocaram diálogos por aplicativo usando codinomes no Plano Copa 2022 — manobra pela qual o ministro Moraes seria sequestrado, mas que por alguma razão ainda não esclarecida terminou suspensa.

Na operação em que Azevedo foi preso, foram detidos o tenente-coronel Helio Ferreira Lima, o major Rafael Martins de Oliveira e o general de brigada Mario Fernandes — ex-secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República no governo Bolsonaro.

Azevedo servia no Comando de Operações Especiais do Exército, em Goiânia. A PF indiciou 40 pessoas na investigação sobre a tentativa de promover uma quartelada pelos crimes de golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e organização criminosa no inquérito da PF. (Colaborou **Julia Portela**)

“VALE-CEIA”

Para juíza, devolução de benesse é “momento desafiador”

Ao comunicar aos colegas desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso que terão de devolver os R\$ 10 mil que receberam em dezembro a título de auxílio-alimentação — que ficou conhecido como “vale-ceia” —, a presidente da Corte, Clarice Claudino da Silva, indicou que o TJ-MT passa por um “momento desafiador”. Em meio à turbulência causada pelo penduricalho, também denominado “vale-peru”, a magistrada “rogou a compreensão de todos os queridos magistrados e magistradas” para que o valor seja restituído “o mais breve possível”.

A mensagem foi enviada por

WhatsApp aos desembargadores e juízes mato-grossenses em 27 de dezembro, três dias depois de a Corte estadual contrariar a ordem do corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, e pagar magistrados e servidores. O TJ-MT sustenta que, quando foi intimado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a não conceder o penduricalho, o “pagamento já havia sido operacionalizado e não foi possível efetivar o cumprimento”.

No texto aos pares, Clarice pediu a “compreensão” de todos. Ela aproveitou a ocasião para desejar que “o próximo ano seja pleno de

saúde, paz, proteção e prosperidade.” “Fraternal abraço!”, finalizou.

As orientações para a devolução do “vale-peru” serão passadas pelo e-mail institucional. Os magistrados terão de devolver o montante recebido em uma parcela única, a ser depositada diretamente na conta do TJ-MT. No caso dos servidores, o Tribunal propôs ao CNJ que a devolução seja parcelada, com desconto na folha de pagamento.

“Excepcionalidade”

O “vale-peru” de R\$ 10 mil foi concedido “excepcionalmente”

em dezembro. Não é a primeira vez que os magistrados de Mato Grosso recebem benefício tão encorpado — em dezembro de 2023, o TJ pagou R\$ 6,9 mil aos servidores e magistrados da Corte; nos outros meses, o vale-alimentação é de R\$ 2 mil.

O TJ-MT está entre os primeiros lugares no ranking das Cortes que mais bem remuneram seus magistrados. Os subsídios chegam, em média, a R\$ 116 mil para cada desembargador, em valores líquidos — ou seja, já com descontos de Imposto de Renda e outros. Clarice ganha R\$ 130 mil por

mês, livres de descontos, ou seja, quase quatro vezes o teto do funcionalismo instituído pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A Corte está em evidência desde agosto, em razão de investigações sobre suposto esquema de venda de sentenças. O inquérito já levou ao afastamento de três desembargadores, entre eles Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho. A apuração é conduzida pelo STF em razão de suspeitas recaírem sobre assessores de gabinetes de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ).



Os magistrados deverão devolver o valor, em parcela única, diretamente na conta do TJ-MT. Em relação aos servidores, foi informado ao corregedor Nacional de Justiça a proposta de pagamento parcelado”

Explicação do TJ-MT ao CNJ sobre a devolução do “vale-peru”